

---

**Administração Central**  
Departamento de Material e Patrimônio  
Divisão de Compras e Almoxarifado

**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**

Acha-se aberta no **CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA**, a licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2017**, tipo **MENOR PREÇO**, OC. **102401100632017OC00067**, referente ao Processo nº **982/15**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de **contratações, denominado “Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – BEC/SP”**, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE VENTILADORES**, a realização do pregão será no dia **29 de março de 2017**, a partir das 09:00 horas, no endereço eletrônico [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br). O edital na íntegra, estará disponível para consulta e/ou retirada no site [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br) e [www.centropaulasouza.sp.gov.br](http://www.centropaulasouza.sp.gov.br).

São Paulo, 10 de março de 2017.

**Fabio Roberto Igrissis**

Subscritor do Edital

**Administração Central**  
Departamento de Material e Patrimônio  
Divisão de Compras e Almoxarifado

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n.º 016/2017**

**PROCESSO n.º 0982/2015**

**OFERTA DE COMPRA N.º 102401100632017OC00067**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br)**

**DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 13/03/2017**

**DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 29/03/2017 às 09h00min**

O **CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA**, por intermédio da Diretora Superintendente, a Profª Laura M. J. Laganá, RG. 7.715.675-4, e do CPF. 005.923.818-62, usando a competência delegada pelos artigos 3º e 7º, inciso I, do Decreto estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, c.c. artigo 8º, do Decreto estadual nº 49.722, de 24 de junho de 2005, torna público que se acha aberta, nesta unidade, situada na **Rua dos Andradas, 140 - Santa Ifigênia - São Paulo/SP**, licitação na modalidade **PREGÃO**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP”, com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO** n.º 016/2017, do tipo **MENOR PREÇO**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE VENTILADORES**, que será regida pela Lei federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto nº 49.722, de 24 de junho de 2005, pelo regulamento anexo à Resolução nº CC-27, de 25/05/2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, do Decreto estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, do regulamento anexo à Resolução CEGP10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas por meio eletrônico, após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br), no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

<b>1.</b>	<b>DO OBJETO</b>
-----------	------------------

- 1.1. A presente licitação tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE VENTILADORES**, conforme especificações constantes do Termo de Referência que integra este edital como **ANEXO I**.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almoxarifado**

**2. DA PARTICIPAÇÃO**

- 2.1. Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Estadual que estejam registrados no CAUFESP, que atuem em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.
- 2.1.1. O registro no CAUFESP, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do Sistema BEC/SP.
- 2.1.2. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos para o registro no CAUFESP, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso estão disponíveis no endereço eletrônico [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br).
- 2.2. Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas:
- 2.2.1. Que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, com base no artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;
- 2.2.2. Que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública federal, estadual ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993;
- 2.2.3. Que possuam vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a autoridade competente, o Pregoeiro, o subscritor do edital ou algum dos membros da respectiva equipe de apoio, nos termos do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993;
- 2.2.4. Que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente;
- 2.2.5. Que estejam reunidas em consórcio ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- 2.2.6. Que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529/2011;
- 2.2.7. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/1998;

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almoxarifado**

- 2.2.8. Que tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;
- 2.2.9. Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108, da Lei Complementar Estadual nº 709/1993;
- 2.2.10. Que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do artigo 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011 e do artigo 74, incisos IV e V, do Decreto Estadual nº 58.052/2012;
- 2.3. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado declare, ao acessar o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP, mediante assinalação nos campos próprios, que inexistem qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, bem como que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP, relativos a Dispensa de Licitação, Convite e Pregão Eletrônico.
- 2.4. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante. Em caso de perda ou quebra do sigilo da senha de acesso, caberá ao interessado efetuar o seu cancelamento por meio do sítio eletrônico [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br) (opção "CAUFESP"), conforme Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006.
- 2.5. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada pregão eletrônico.
- 2.6. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.
- 2.7. Para o exercício do direito de preferência de que trata o item 5.6, bem como para a fruição do benefício de habilitação com irregularidade fiscal previsto na alínea "f" do item 5.9, a condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, deverá constar do registro da licitante junto ao CAUFESP, sem prejuízo do disposto nos itens 4.1.4.3 a 4.1.4.5 deste Edital.

<b>3.</b>	<b>DAS PROPOSTAS</b>
-----------	----------------------

- 3.1. As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br) na opção "PREGAO-ENTREGAR PROPOSTA", desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital.

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almoxarifado**

- 3.2. Os preços unitários e total serão ofertados no formulário eletrônico próprio, em moeda corrente nacional, em algarismos, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados ao fornecimento do objeto da presente licitação, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.
- 3.2.1. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus anexos.
- 3.2.2. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.
- 3.2.3. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas, sob pena de não aceitação dos preços ofertados pelo Pregoeiro.
- 3.2.3.1. Caso venha a ser contratada, a microempresa ou empresa de pequeno porte na situação descrita no item 3.2.3 deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que celebrado o contrato, nos termos do artigo 30, *caput*, inciso II, e §1º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
- 3.2.3.2. Se a contratada não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o item 3.2.3.1, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que a empresa seja excluída de ofício do Simples Nacional, nos termos do artigo 29, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006.
- 3.3. O preço ofertado permanecerá fixo e irremovível.
- 3.4. O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias**, contado a partir da data da sua apresentação.

<b>4. DA HABILITAÇÃO</b>
--------------------------

- 4.1. O julgamento da habilitação se processará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

**4.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI;

---

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almoxarifado**

- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado à Lei Federal nº 12.690/2012;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, em se tratando de sociedade cooperativa;

**4.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede ou domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS);
- d) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT);
- e) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

**4.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;
  - a.1). Se a licitante for cooperativa ou sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea "a" deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.
  - a.2). Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

**4.1.4. DECLARAÇÕES E OUTRAS COMPROVAÇÕES**

- 4.1.4.1. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **ANEXO III.1**, atestando que:
  - a) se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº. 42.911/1998;

---

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almoxarifado**

- b) inexistente impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, inclusive em virtude das disposições da Lei Estadual nº 10.218/1999;
- 4.1.4.2. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **ANEXO III.2**, afirmando que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014.
- 4.1.4.3. Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **ANEXO III.3**, declarando seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.
- 4.1.4.4. Em se tratando de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **ANEXO III.4**, declarando que seu estatuto foi adequado à Lei Federal nº 12.690/2012 e que auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.
- 4.1.4.5. Além das declarações exigidas nos itens 4.1.4.3 e 4.1.4.4, a comprovação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, deverá ser realizada da seguinte forma:
- 4.1.4.5.1. Se sociedade empresária, pela apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial competente;
  - 4.1.4.5.2. Se sociedade simples, pela apresentação da “Certidão de Breve Relato de Registro de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte”, expedida pelo Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
  - 4.1.4.5.3. Se sociedade cooperativa, pela Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente que comprove Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

## **4.2. DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 4.2.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas nos 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
- 4.2.2. O Pregoeiro, a seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou obter a confirmação do teor das declarações e comprovações elencadas no item 4.1.4 deste edital, aplicando-se, em caso de falsidade, as sanções penais e administrativas pertinentes, garantidos os direitos ao contraditório e a ampla defesa.

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almoxarifado**

- 4.2.3. Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos no item 4.1.2 deverão ser apresentados tanto pela matriz quanto pelo estabelecimento que executará o objeto do contrato.

**5. DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO**

- 5.1. No dia e horário previstos neste Edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do pregão eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação pelo sistema na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.
- 5.2. A análise das propostas pelo Pregoeiro se limitará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e à legislação vigente.
- 5.2.1. Serão desclassificadas as propostas:
- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;
  - b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- 5.2.2. A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro, observado o disposto no artigo 43, §3º, da Lei Federal nº 8.666/1993.
- 5.2.3. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.
- 5.2.4. O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.
- 5.3. Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.
- 5.4. Será iniciada a etapa de lances com a participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas.
- 5.4.1. Os lances deverão ser formulados exclusivamente por meio do sistema eletrônico em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço ou ao último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada em ambos os casos a redução mínima fixado no item 5.4.2, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 02 (dois) ou mais lances do mesmo valor.
- 5.4.2. O valor de redução mínima entre os lances será conforme valores relacionados abaixo, e incidirá sobre o **valor unitário do item**.

ITEM 01	R\$	1,65
ITEM 02	R\$	2,20



---

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almoxarifado**

- 5.4.3. A etapa de lances terá a duração de 15 (quinze) minutos.
- 5.4.3.1. A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 03 (três) minutos do período de que trata o item 5.4.3 ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.
- 5.4.3.2. Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no item 5.4.3.1, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o terceiro minuto contado a partir do registro no sistema do último lance que ensejar prorrogação.
- 5.4.4. No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:
- 5.4.4.1. dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;
- 5.4.4.2. do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.
- 5.4.5. A etapa de lances será considerada encerrada findos os períodos de duração indicados no item 5.4.3.
- 5.5. Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória contendo a classificação final, em ordem crescente de valores, considerando o último preço admitido de cada licitante.
- 5.6. Com base na classificação a que alude o item 5.5, será assegurada às licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, preferência à contratação, observadas as seguintes regras:
- 5.6.1. A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será convocada pelo Pregoeiro, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência. Caso haja propostas empatadas, a convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio.
- 5.6.2. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no item 5.6.1.
- 5.6.3. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o item 5.5, seja microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as

---

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almoxarifado**

condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

- 5.7. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.
- 5.8. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
- 5.8.1. A aceitabilidade dos preços será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.
- 5.8.2. Não serão aceitas as propostas que tenham sido apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional e que, não obstante, tenham considerado os benefícios desse regime tributário diferenciado.
- 5.8.3. Na mesma sessão pública, o Pregoeiro solicitará da licitante detentora da melhor oferta o envio, no campo próprio do sistema, da planilha de proposta detalhada, elaborada de acordo com o modelo do **ANEXO II** deste Edital, contendo os preços unitários e o novo valor total para a contratação a partir do valor total final obtido no certame.
- 5.8.3.1. A planilha de proposta deverá conter indicação da procedência, marca e modelo do produto ofertado, observadas as especificações do Termo de Referência constante do **ANEXO I**.
- 5.8.3.2. O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes os esclarecimentos que julgar necessários.
- 5.8.3.3. A critério do Pregoeiro, a sessão pública poderá ser suspensa por até 02 (dois) dias úteis para a apresentação da planilha de proposta em conformidade com o modelo do **ANEXO II**.
- 5.8.3.4. Se a licitante detentora da melhor oferta deixar de cumprir a obrigação estabelecida no item 5.8.3, sua proposta não será aceita pelo Pregoeiro.
- 5.8.3.5. No formulário eletrônico de encaminhamento da proposta deverá(ão) ser anexado(s) arquivo contendo: catálogo.
- 5.8.4. A área técnica avaliará a conformidade do bem, a partir do catálogo apresentado, com as descrições constantes do Termo de Referência;
- 5.8.4.1. A decisão de rejeição do catálogo pela sua incompatibilidade com as descrições constantes do Termo de Referência, será formalizada por meio de despacho fundamentado;
- 5.8.4.2. Será desclassificada a proposta do licitante que não apresentar catálogo ou que tiver catálogo rejeitado, ficando prejudicada a avaliação dos requisitos de habilitação.

---

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almoxarifado**

- 5.9. Considerada aceitável a oferta de menor preço e aprovado o catálogo, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:
- a) Verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, constantes do CAUFESP e extraídos dos documentos indicados no item 4 deste Edital;
  - b) Caso os dados e informações constantes no CAUFESP não atendam aos requisitos estabelecidos no item 4 deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações. Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;
  - c) A licitante poderá, ainda, suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos no Edital, mediante a apresentação de documentos, desde que os envie no curso da própria sessão pública do pregão e até a decisão sobre a habilitação, preferencialmente por correio eletrônico a ser fornecido pelo Pregoeiro por meio do chat eletrônico. Sem prejuízo do disposto nas alíneas “a”, “b” e “c” deste item 5.9, serão apresentados, obrigatoriamente, por fax ou por correio eletrônico, a documentação a que se refere o item 4.1.4 deste edital.
  - d) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea “b”, ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea “c”, ambas deste subitem 5.9, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas “b” e “c”, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada;
  - e) Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas dos documentos enviados na forma constante da alínea “c” deverão ser apresentados no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, em até 02 (dois) dias após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e aplicação das penalidades cabíveis;
  - f) Para habilitação de microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas, que preenchem as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, não será exigida comprovação de regularidade fiscal, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados no item 4.1.2 deste Edital, excetuada a alínea “d”, ainda que veiculem restrições impeditivas à referida comprovação;
  - g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.
  - h) Havendo necessidade de maior prazo para analisar os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat eletrônico a nova data e horário para sua continuidade.

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almoxarifado**

- i) Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. Deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por fac-símile ou outro meio eletrônico.
- 5.10. A licitante habilitada nas condições da alínea “f” do item 5.9 deverá comprovar sua regularidade fiscal sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.
- 5.11. Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea “f”, do item 5.9, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no item 5.10 para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal.
- 5.12. Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal de que trata o item 5.10, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação.
- 5.13. Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal, nos moldes dos itens 5.10 a 5.12, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que trata o item 5.5, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

<b>6. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO</b>
---

- 6.1. Divulgado o vencedor ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal nos moldes dos itens 5.10 a 5.12, o Pregoeiro informará às licitantes por meio de mensagem lançada no sistema que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando exclusivamente o campo próprio disponibilizado no sistema.
- 6.1.1 O prazo fixado para a manifestação da intenção de interposição de recurso por meio eletrônico será de 05 (cinco) minutos.
- 6.2. Havendo interposição de recurso na forma indicada no item 6.1, o Pregoeiro informará aos recorrentes, por mensagem lançada no sistema, que poderão apresentar memoriais contendo as razões de recurso no prazo de 03 (três) dias após o encerramento da sessão pública e, aos demais licitantes, que poderão apresentar contrarrazões, em igual número de dias, os quais começarão a correr do término do prazo para apresentação de memoriais, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos no endereço da unidade promotora da licitação, indicado no preâmbulo deste Edital.
- 6.3. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos por meio eletrônico, no sítio [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br), opção “RECURSO”. A apresentação de documentos relativos às peças antes

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almoxarifado**

indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo, observados os prazos estabelecidos no item 6.2.

- 6.4. A falta de interposição na forma prevista no item 6.1 importará a decadência do direito de recorrer, podendo o Pregoeiro adjudicar o objeto do certame ao vencedor na própria sessão e propor à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.
- 6.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.
- 6.6. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 6.7. A adjudicação será feita por item, conforme detalhamento constante do Termo de Referência.

**7. DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO**

- 7.1. À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.
- 7.2. A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:
  - a) fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa às licitantes de nova data e horário para a sua continuidade;
  - b) durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período estabelecido no Edital.
- 7.3. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

**8. DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

- 8.1. Os bens deverão ser entregues em **30 (trinta) dias corridos**, contados da data da assinatura do contrato pela contratada.
- 8.2. A entrega do objeto desta licitação deverá ser feita no(s) locais indicados no Termo de Referência, que constitui **ANEXO I** deste Edital, correndo por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

**9. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

---

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almoxarifado**

9.1. As condições de recebimento do objeto são aquelas definidas pelo termo de contrato, cuja minuta constitui o **ANEXO V** deste Edital.

<b>10. DA FORMA DE PAGAMENTO</b>
----------------------------------

10.1. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com o termo de contrato, cuja minuta constitui o **ANEXO V** deste Edital.

<b>11. DA CONTRATAÇÃO</b>
---------------------------

11.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante a assinatura de termo de contrato, cuja minuta integra este Edital como **ANEXO V**.

11.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pela adjudicatária para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.1.2. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o item 11.1.1, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação a inexistência de registros em nome da adjudicatária no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual nº 12.799/2008.

11.1.4. O “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço [www.esancoes.sp.gov.br](http://www.esancoes.sp.gov.br), e o “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>, deverão ser consultados previamente à celebração da contratação, observando-se os itens 2.2.1 e 2.2.2 deste Edital.

11.1.5. Constitui também condição para a celebração da contratação, caso se trate de sociedade cooperativa, a indicação de gestor encarregado de representá-la com exclusividade perante o contratante.

11.1.6. Também constitui condição para celebração do contrato a apresentação dos documentos a que se referem as declarações de que trata o item 4.1.4 deste Edital.

11.2. No prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, a adjudicatária deverá comparecer perante o órgão ou entidade licitante para a assinatura do termo de contrato.

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almoxarifado**

- 11.2.1. O prazo indicado no item 11.2 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.
- 11.2.2. O não comparecimento do fornecedor para assinar o contrato, dentro do prazo indicado no item 11.2 importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.
- 11.3. As demais licitantes classificadas serão convocadas para participar de nova sessão pública do pregão, com vistas à celebração da contratação, quando a adjudicatária:
- a) deixar de comprovar sua regularidade fiscal, nos moldes do item 5.10, ou na hipótese de invalidação do ato de habilitação com base no disposto na alínea “e”, do item 5.9;
  - b) for convocada dentro do prazo de validade de sua proposta e não apresentar a situação regular de que tratam os itens 11.1.1, 11.1.3, 11.1.4 e 11.1.5.
  - c) recusar a contratação, no caso do item 11.2.2; ou
  - d) for proibida de participar desta licitação, nos termos do item 2.2 deste Edital;
- 11.3.1. Essa nova sessão será realizada em prazo não inferior a 03 (três) dias úteis, contados da divulgação do aviso.
- 11.3.2. A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOE e divulgação nos endereços eletrônicos [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br) e [www.imesp.com.br](http://www.imesp.com.br), opção “NEGÓCIOS PÚBLICOS”.
- 11.3.3. Na sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos itens 5.7 a 5.10 e itens 6.1 a 6.7, todos deste Edital.

<b>12. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO</b>
--

- 12.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.
- 12.2. A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas na Resolução cuja cópia constitui **ANEXO IV** deste Edital, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço [www.esancoes.sp.gov.br](http://www.esancoes.sp.gov.br), e também no “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>.
- 12.3. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almoxarifado**

- 12.4. O contratante poderá descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente lhe forem aplicadas por descumprimento de obrigações estabelecidas neste Edital, seus anexos ou no termo de contrato.
- 12.5. A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

**13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

- 13.1. Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

**14. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**

- 14.1. Qualquer pessoa poderá pedir esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório deste Pregão Eletrônico em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública.
- 14.2. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos serão formulados por meio eletrônico, em campo próprio do sistema, encontrado na opção "EDITAL".
- 14.3. As impugnações serão decididas pelo subscritor do Edital e os pedidos de esclarecimentos respondidos pelo Pregoeiro até o dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública.
- 14.4. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública, se for o caso.
- 14.5. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 14.6. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimentos serão entranhados aos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
- 14.7. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos, em especial no Termo de Referência e na minuta de termo de contrato.

**15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 15.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.



**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almoxarifado**

- 15.2. Os casos omissos serão solucionados pelo Pregoeiro e as questões relativas ao sistema, pelo Departamento de Contratações Eletrônicas, da Secretaria da Fazenda.
- 15.3. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, observado o disposto no artigo 14, inciso IX, do Regulamento anexo à Resolução CC-27/2006, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.
- 15.4. O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes:  
15.4.1. Para o Pregoeiro, até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta;  
15.4.2. Para os demais, até a etapa de habilitação;
- 15.5. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 15.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.7. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos [www.imesp.com.br](http://www.imesp.com.br), opção "NEGÓCIOS PÚBLICOS" e [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br), opção "PREGÃO ELETRÔNICO".
- 15.8. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

<b>16. DOS ANEXOS</b>
-----------------------

16. Integram o presente Edital:

- ANEXO I** - TERMO DE REFERÊNCIA;
- ANEXO II** - MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA;
- ANEXO III** - MODELOS DE DECLARAÇÕES;
- ANEXO IV** - CÓPIA DA RESOLUÇÃO SDECTI Nº 12;
- ANEXO V** - MINUTA DE CONTRATO

São Paulo, 10 de março de 2017.

**Fabio Roberto Igrissis**  
Subscritor do Edital

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almoxarifado**

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND. MENS.	QUANT.
01	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ventilador de Parede oscilante e basculante:</li> <li>▪ <b>Diâmetro de Hélice</b> 60cm</li> <li>▪ <b>Diâmetro de Grade</b> 65cm</li> <li>▪ <b>Cor da Hélice</b> Preto</li> <li>▪ <b>Cor da Grade</b> Cromada</li> <li>▪ <b>Quantidade de Hélice</b> no mínimo 3 de nylon</li> <li>▪ <b>Espaçamento da grade</b> no máximo de 12mm</li> <li>▪ <b>Rotação</b> no mínimo 1320 RPM</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ventiladores de parede oscilantes de, no mínimo, três velocidades definidas, para uso em ambiente escolar.</li> <li>▪ Base de fixação à parede em aço carbono e capa envoltória do motor (carcaça) em poliamida injetada na cor preta.</li> <li>▪ Suporte de ligação entre base e a carcaça dotado de articulação que permita a regulagem no sentido vertical do conjunto motor e hélices.</li> <li>▪ O equipamento deve ser dotado de grade de proteção de acordo com os requisitos de segurança da IEC 60335-2-80, independente da altura em que for instalado.</li> <li>▪ As grades deverão ter o acabamento em pintura cromada.</li> <li>▪ As grades não poderão ser removidas sem o uso de ferramentas.</li> <li>▪ Deverá possuir motor elétrico que possa ser alimentado em 127 ou 220 volts sem a necessidade de transformador. A voltagem do equipamento fornecido será conforme a região geográfica do estado.</li> <li>▪ Os equipamentos deverão apresentar no mínimo 3 (três) níveis de velocidade (baixa, média e alta).</li> <li>▪ Selo de identificação de conformidade INMETRO</li> <li>▪ Etiqueta Nacional de Eficiência Energética (ENCE) ou PROCEL (Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (INMETRO)</li> <li>▪ Cordão de alimentação (plugues) conforme a nova legislação vigente, norma ABNT NBR 14136:2002</li> <li>▪ Todos os equipamentos deverão ser acompanhados do manual de instruções para uso, conservação e manutenção do objeto.</li> </ul>	UND.	2.415
02	<p>Ventilador de Coluna oscilantes oscilante e basculante:</p> <p><b>Diâmetro de Hélice</b> 60cm</p> <p><b>Diâmetro de Grade</b> 65cm</p> <p><b>Cor da Hélice</b> Preto</p> <p><b>Grade Protetora</b> metálica e aramada</p> <p><b>Quantidade de Hélice</b> no mínimo 3 de nylon</p> <p><b>Espaçamento da grade</b> no máximo de 12mm</p> <p><b>Rotação</b> no mínimo 1320 RPM</p>	UND.	451

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almoxarifado**

<p><b>Pedestal</b> em alumínio polido com 2,10 metros de altura <b>Base</b> redonda em aço com pintura epóxi</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Ventiladores de coluna oscilantes de, no mínimo, três velocidades definidas, para uso em ambiente escolar.</li><li>▪ Capa envoltória do motor (carcaça) em poliamida injetada na cor preta.</li><li>▪ Suporte de ligação entre base e a carcaça dotado de articulação que permita a regulagem no sentido vertical do conjunto motor e hélices.</li><li>▪ O equipamento deve ser dotado de grade de proteção de acordo com os requisitos de segurança da IEC 60335-2-80, independente da altura em que for instalado.</li><li>▪ As grades deverão ter o acabamento metálica e aramada.</li><li>▪ As grades não poderão ser removidas sem o uso de ferramentas.</li><li>▪ Deverá possuir motor elétrico que possa ser alimentado em 127 ou 220 volts sem a necessidade de transformador. A voltagem do equipamento fornecido será conforme a região geográfica do estado.</li><li>▪ Os equipamentos deverão apresentar no mínimo 3 (três) níveis de velocidade (baixa, média e alta).</li><li>▪ Selo de identificação de conformidade INMETRO</li><li>▪ Etiqueta Nacional de Eficiência Energética (ENCE) ou PROCEL (Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (INMETRO)</li><li>▪ Cordão de alimentação (plugues) conforme a nova legislação vigente, norma ABNT NBR 14136:2002</li></ul>		
--	--	--

## 2. DA GARANTIA DE PRODUTO

- 2.1 O prazo de garantia do objeto da licitação, será de **12 (doze) meses**, contra qualquer defeito de fabricação e/ou falha, excetuados os decorrentes de uso impróprio, contados da data do recebimento definitivo do mesmo.
- 2.2. Todas as despesas havidas no período da garantia, tais como consertos, substituição de peças, transporte, mão-de-obra e manutenção do bem correrão por conta da CONTRATADA, não cabendo a CONTRATANTE quaisquer ônus.

**Administração Central**  
Departamento de Material e Patrimônio  
Divisão de Compras e Almoxarifado

**3. DA QUANTIDADE DE ENTREGA DO OBJETO**

			ITEM	01	02
			DESCRIÇÃO RESUMIDA	VENTILADOR DE PAREDE COM DIAMETRO DE NO MIN. 65CM	VENTILADOR DE COLUNA; PRETO; 3 HELICES; 65 CM DIAMETRO
MUNICÍPIO	CÓD	UNIDADE DE ENSINO			
SÃO PAULO	002	FATEC SÃO PAULO		200	53
AMERICANA	004	FATEC TÊXTIL DE AMERICANA		69	12
CAMPINAS	007	ETEC CONSELHEIRO ANTONIO PRADO		33	9
JUNDIAÍ	008	ETEC VASCO ANTONIO VENCHIARUTTI		57	16
MOCOCA	009	ETEC JOÃO BAPTISTA DE LIMA FIGUEIREDO		23	4
OSVALDO CRUZ	027	ETEC AMIN JUNDI		27	
SANTOS	035	ETEC ARISTOTELES FERREIRA		4	21
BARRA BONITA	040	ETEC COMENDADOR JOÃO RAYS		5	4
CAMPINAS	043	ETEC BENTO QUIRINO		119	
SÃO PAULO	045	ETEC CARLOS DE CAMPOS			10
BOTUCATU	051	ETEC DOUTOR DOMINGOS MINICUCCI FILHO		83	6
PIRACICABA	056	ETEC CORONEL FERNANDO FEBELIANO DA COSTA		39	
SÃO SIMÃO	057	ETEC PROFESSOR FRANCISCO DOS SANTOS		18	2
SÃO PAULO	061	ETEC GUARACY SILVEIRA		64	
ILHA SOLTEIRA	065	ETEC DE ILHA SOLTEIRA		125	57
JAÚ	070	ETEC JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL		76	
CERQUEIRA CESAR	072	ETEC PREFEITO JOSÉ ESTEVES		38	5
JAÚ	090	ETEC PROFESSOR URIAS FERREIRA		30	6
SÃO JOAQUIM DA BARRA	094	ETEC PEDRO BADRAN		14	
TATUÍ	101	ETEC SALES GOMES		17	
MATÃO	103	ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO		42	38
GUARATINGUETÁ	106	FATEC PROFESSOR JOÃO MOD		32	6
MONGAGUÁ	107	ETEC ADOLPHO BEREZIN		43	7
FRANCA	109	FATEC DOUTOR THOMAZ NOVELINO		24	3
SANTOS	122	ETEC ESCOLÁSTICA ROSA		111	
BIRIGÜI	123	ETEC DOUTOR RENATO CORDEIRO		25	10
SÃO BERNARDO DO CAMPO	126	FATEC "ADIB MOISÉS DIB"		15	
MAUÁ	128	ETEC DE MAUÁ		17	3

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almoxarifado**

TATUÍ	<b>132</b>	FATEC PROFESSOR WILSON ROBERTO RIBEIRO DE CAMARGO	12	9
PIRASSUNUNGA	<b>139</b>	ETEC TENENTE AVIADOR GUSTAVO KLUG	48	
TAQUARITUBA	<b>140</b>	ETEC PROFESSORA TEREZINHA MONTEIRO DOS SANTOS	21	3
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	<b>146</b>	FATEC PROFESSOR JESSEN VIDAL	32	
BEBEDOURO	<b>151</b>	ETEC PROFESSOR IDIO ZUCCHI	134	20
TEODORO SAMPAIO	<b>156</b>	ETEC PROFESSORA NAIR LUCCAS RIBEIRO	1	31
SANTO ANDRÉ	<b>160</b>	FATEC DE SANTO ANDRÉ	9	
SÃO PAULO	<b>172</b>	ETEC DE SAPOPEMBA	30	
JABOTICABAL	<b>173</b>	FATEC DE JABOTICABAL	50	8
PIRACICABA	<b>193</b>	ETEC DEPUTADO ARY DE CAMARGO PEDROSO	27	
SÃO VICENTE	<b>194</b>	ETEC DOUTORA RUTH CARDOSO	45	
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	<b>195</b>	ETEC DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	23	
BAURU	<b>196</b>	FATEC DE BAURU	60	
SÃO PAULO	<b>207</b>	ETEC PARQUE SANTO ANTONIO	33	8
AGUAÍ	<b>215</b>	ETEC DE AGUAÍ	10	
SÃO PAULO	<b>225</b>	ETEC RAPOSO TAVARES	23	
SÃO PAULO	<b>226</b>	ETEC GILDO MARÇAL BEZERRA BRANDÃO	16	11
SÃO PAULO	<b>230</b>	ETEC UIRAPURU	27	11
OLÍMPIA	<b>232</b>	ETEC DE OLÍMPIA	16	4
ITARARÉ	<b>243</b>	ETEC DE ITARARÉ	19	12
SÃO PAULO	<b>254</b>	ETEC PROFESSORA DOUTORA DOROTI QUIOMI KANASHIRO TOYOHARA	48	3
JACARÉ	<b>258</b>	FATEC DE JACARÉ	93	15
ITAPETININGA	<b>261</b>	ETEC DARCY PEREIRA DE MORAES	82	
SANTANA DE PARNAÍBA	<b>262</b>	ETEC BARTOLOMEU BUENO DA SILVA - ANHANGUERA	53	5
CAMPINAS	<b>276</b>	FATEC CAMPINAS	46	23
CAIEIRAS	<b>279</b>	ETEC CAIEIRAS	14	3
BEBEDOURO	<b>280</b>	FATEC DE BEBEDOURO	72	8
APIAÍ	<b>281</b>	ETEC APIAÍ	21	5
<b>QUANTIDADE TOTAL</b>			<b>2.415</b>	<b>451</b>

#### 4. DO ENDEREÇO DE ENTREGA

- 4.1 A entrega dos produtos objeto deste contrato deve ser feita nos endereços relacionados abaixo, de **segunda a sexta-feira das 8:00 às 12:00** e das **13:00 à 17:00 horas**, correndo por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almojarifado**

<b>COD.</b>	<b>UNIDADE DE ENSINO</b>
<b>002</b>	<b>FATEC SÃO PAULO</b> Av. Tiradentes, 615 - Bom Retiro CEP 01101-010 - São Paulo/SP Telefone: (11) 3322-2200 / (11) 3322-2213
<b>004</b>	<b>FATEC TÊXTIL DE AMERICANA</b> R. Emílio de Menezes, s/n - Gleba B - Vila Amorim CEP 13469-111 - Americana/SP Telefone: (19) 3406-5776 / (19) 3406-3297
<b>007</b>	<b>ETEC CONSELHEIRO ANTONIO PRADO</b> Av. Cônego Antônio Roccato, s/n, km 3,5 - Jd. Santa Mônica CEP 13082-015 - Campinas/SP Telefone: (19) 3246-2888
<b>008</b>	<b>ETEC VASCO ANTONIO VENCHIARUTTI</b> Av. Eng. Tasso Pinheiro, 700 - Terra Nova CEP 13210-045 - Jundiaí/SP Telefone: (11) 4587-3093 / (11) 4587-1994
<b>009</b>	<b>ETEC JOÃO BAPTISTA DE LIMA FIGUEIREDO</b> Av. Dr. Américo Pereira Lima, s/n - Jd. Lavínia CEP 13736-260 - Mococa/SP Telefone: (19) 3656-2052 / (19) 3656-2077
<b>027</b>	<b>ETEC AMIN JUNDI</b> R. Japão, 724 - Centro CEP 17700-000 - Osvaldo Cruz/SP Telefone: (18) 3528-3982 / (18) 3528-4760
<b>035</b>	<b>ETEC ARISTOTELES FERREIRA</b> Av. Dr. Epitácio Pessoa, 466 - Aparecida CEP 11030-600 - Santos/SP Telefone: (13) 3236-9998 / (13) 3236-9973
<b>040</b>	<b>ETEC COMENDADOR JOÃO RAYS</b> R. Ludovico Victorio, 2140 - Vl. Habitacional CEP 17340-000 - Barra Bonita/SP Telefone: (14) 3641-1310 / (14) 3641-5600
<b>043</b>	<b>ETEC BENTO QUIRINO</b> Av. Orosimbo Maia, 2600 - Vl. Estanislau CEP 13024-045 - Campinas/SP Telefone: (19) 3252-3596 / (19) 3251-8934
<b>045</b>	<b>ETEC CARLOS DE CAMPOS</b> R. Monsenhor Andrade, 798 - Brás CEP 03009-100 - São Paulo/SP Telefone: (11) 3311-7098 / (11) 3327-0286
<b>051</b>	<b>ETEC DOUTOR DOMINGOS MINICUCCI FILHO</b> Av. Santana, 654 - Centro CEP 18603-700 - Botucatu/SP Telefone: (14) 3882-0503 / (14) 3882-5325

**Administração Central**  
Departamento de Material e Patrimônio  
Divisão de Compras e Almojarifado

<b>056</b>	<b>ETEC CORONEL FERNANDO FEBELIANO DA COSTA</b> R. Monsenhor Manoel Francisco Rosa, 433 - Centro CEP 13400-270 - Piracicaba/SP Telefone: (19) 3433-9734 / (19) 3422-3084
<b>057</b>	<b>ETEC PROFESSOR FRANCISCO DOS SANTOS</b> Rodovia Conde Francisco Matarazzo Junior, Km 127 - Zona Rural - Caixa Postal 45 CEP 14200-000 - São Simão/SP Telefone: (16) 3984-1415 / (16) 3984-1752
<b>061</b>	<b>ETEC GUARACY SILVEIRA</b> R. Ferreira de Araújo, 527 - Pinheiros CEP 05428-001 - São Paulo/SP Telefone: (11) 3813-3986 / (11) 3031-6208
<b>065</b>	<b>ETEC DE ILHA SOLTEIRA</b> Alameda Perimetral, s/n - Zona Rural CEP 15385-000 - Ilha Solteira/SP Telefone: (18) 3742-2575
<b>070</b>	<b>ETEC JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL</b> R. Humaitá, 1090 - Centro CEP 17201-320 - Jaú/SP Telefone: (14) 3624-8585 / (14) 3622-3566
<b>072</b>	<b>ETEC PREFEITO JOSÉ ESTEVES</b> Rodovia Donato Francisco Sassi, Km 5 - Macucão - Caixa Postal 1 CEP 18760-000 - Cerqueira César/SP Telefone: (14) 3714-6175
<b>090</b>	<b>ETEC PROFESSOR URIAS FERREIRA</b> Rodovia Dep. Leônidas Pacheco Ferreira, Km 17 - Pouso Alegre - Caixa Postal 29 CEP 17201-970 - Jaú/SP Telefone: (14) 3623-1170 / (14) 3623-1190
<b>094</b>	<b>ETEC PEDRO BADRAN</b> R. Maranhão, 1225 - Centro CEP 14600-000 - São Joaquim da Barra/SP Telefone: (16) 3818-2192 / (16) 3818-2192
<b>101</b>	<b>ETEC SALES GOMES</b> Pça. Adelaide Barnsley Guedes, 01 - Centro CEP 18270-020 - Tatuí/SP Telefone: (15) 3205-2202 / (15) 3251-4242
<b>103</b>	<b>ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO</b> Rua Cesário Mota, 644 - Centro CEP 15990-050 - Matão/SP Telefone: (16) 3382-1226 / (16) 3382-6878
<b>106</b>	<b>FATEC PROFESSOR JOÃO MOD</b> Av. Prof. João Rodrigues Alckmin, 1501 - Jd. Esperança CEP 12517-475 - Guaratinguetá/SP Telefone: (12) 3126-4849 / (12) 3126-2643
<b>107</b>	<b>ETEC ADOLPHO BEREZIN</b> Av. Monteiro Lobato, 8000 - Balneário Jussara CEP 11730-000 - Mongaguá/SP Telefone: (13) 3448-3800 / (13) 3448-3837

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almojarifado**

<b>109</b>	<b>FATEC DOUTOR THOMAZ NOVELINO</b> R. Irenio Grecco, 4580 - Parque São Jorge CEP 14405 - 191 - Franca/SP Telefone: (16) 3702-3204 / (16) 3702-2854
<b>122</b>	<b>ETEC ESCOLÁSTICA ROSA</b> Av. Bartolomeu de Gusmão, 111 - Aparecida CEP 11045-401 - Santos/SP Telefone: (13) 3236-9986 / (13) 3238-8407
<b>123</b>	<b>ETEC DOUTOR RENATO CORDEIRO</b> R. Ermando Zin, 1531 - Jd. Santana CEP 16202-407 - Birigui/SP Telefone: (18) 3644-4019 / (18) 3634-1083
<b>126</b>	<b>FATEC "ADIB MOISÉS DIB"</b> Av. Pereira Barreto, 400 - Vila Baeta Neves CEP 09751-000 - São Bernardo do Campo/SP Telefone: (11) 4121-9008 / (11) 4121-8905
<b>128</b>	<b>ETEC DE MAUÁ</b> Rua Ribeirão Preto, nº 75 - Jardim Pedroso - Mauá - SP; - CEP 09370-530; - TEL. (11) 4513-4672 / (11) 4513-4693.
<b>132</b>	<b>FATEC PROFESSOR WILSON ROBERTO RIBEIRO DE CAMARGO</b> Rod. Mário Batista Mori, 971 - Jardim Aeroporto CEP 18280.000 - Tatuí/SP Telefone: (15) 3205-7780
<b>139</b>	<b>ETEC TENENTE AVIADOR GUSTAVO KLUG</b> Av. Padre Antonio Van Ess, 1925 - Jd. Petrópolis CEP 13634-054 - Pirassununga/SP Telefone: (19) 3561-2961 / (19) 3562-1315
<b>140</b>	<b>ETEC PROFESSORA TEREZINHA MONTEIRO DOS SANTOS</b> R. São Benedito, 484 - Centro CEP 18740-000 - Taquarituba/SP Telefone: (14) 3762-1401 / (14) 3762-1755
<b>146</b>	<b>FATEC PROFESSOR JESSEN VIDAL</b> Av. Cesare Mansueto Giulio Lattes, s/n - Eugenio de Melo CEP 12247-014 - São José dos Campos/SP Telefone: (12) 3905-4979 / (12) 3905-2423
<b>151</b>	<b>ETEC PROFESSOR IDIO ZUCCHI</b> R. Lúcio Sarti, 809 - Parque Residencial Eldorado CEP 14706-120 Bebedouro/SP Telefone/FAX: (17) 3343-9695
<b>156</b>	<b>ETEC PROFESSORA NAIR LUCCAS RIBEIRO</b> R. Pará, 506 - Bairro da Estação CEP 19280-000 - Teodoro Sampaio/SP Telefone: (18) 3282-1682
<b>160</b>	<b>FATEC DE SANTO ANDRÉ</b> R. Prefeito Justino Paixão, 150 - Centro CEP 09020-130 - Santo André/SP



**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almojarifado**

	Telefone: (11) 4437-2215
<b>172</b>	<b>EETEC DE SAPOPEMBA</b> R. Benjamin de Tudela, 155 - Sapopemba (Fazenda da Juta) CEP 03977408 - São Paulo/SP Telefone: (11) 2019-1519 / (11) 2019-1533
<b>173</b>	<b>FATEC DE JABOTICABAL</b> Av. Eduardo Zambianchi, 31 - Vila Industrial CEP 14883-130 - Jaboticabal/SP Telefone: (16) 3202-6519
<b>193</b>	<b>EETEC DEPUTADO ARY DE CAMARGO PEDROSO</b> Av. Dr. João Conceição, 350 - Paulista CEP 13401-080 - Piracicaba/SP Telefone: (19) 3433-8541
<b>194</b>	<b>EETEC DOUTORA RUTH CARDOSO</b> Pça. Coronel Lopes, 387 - Centro CEP 11310-020 - São Vicente/SP Telefone: (13) 3467-7153 / (13) 3467-2955
<b>195</b>	<b>EETEC DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS</b> Av. Salmão, 570 - Pq. Residencial Aquarius CEP 12246-260 - São José dos Campos/SP Telefone: (12) 3942-4571 / (12) 3942-7806
<b>196</b>	<b>FATEC DE BAURU</b> R. Manoel Bento Cruz, 3-30 - Centro CEP 17015-171 - Bauru/SP Telefone: (14) 3223-2083
<b>207</b>	<b>EETEC PARQUE SANTO ANTONIO</b> Rua Abilene, 16 - Pq. Santo Antonio - Zona Leste CEP 03385-160 - São Paulo/SP Telefone: (11) 2301 1058
<b>215</b>	<b>EETEC DE AGUAÍ</b> R. Joaquim José, 227 - Centro CEP 13860-000 - Aguaí/SP Telefone: (19) 3652-6204 / (19) 3652-6016
<b>225</b>	<b>EETEC RAPOSO TAVARES</b> R. Cachoeira Poraquê, 326 - Raposo Tavares (COHAB Raposo) CEP 05574-450 - São Paulo/SP Telefone: (11) 3782-5782 / (11) 3782-5529
<b>226</b>	<b>EETEC GILDO MARÇAL BEZERRA BRANDÃO</b> R. Presidente Vargas, S/N - Perus - Vila Caiuba CEP 05207-000 - São Paulo/SP Telefone: (11) 3917-8751 / (11) 3917-8263
<b>230</b>	<b>EETEC UIRAPURU</b> Rua Nazir Miguel, 779 - Jd. João XXIII CEP 05570-030 - São Paulo/SP Telefone: (11) 3782-5376 / (11) 3782-4837
<b>232</b>	<b>EETEC DE OLÍMPIA</b> R. José Piton, 165 - Vila Rodrigues

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almoxarifado**

	CEP 15400-000 - Olímpia/SP Telefone: (17) 3279-9400 / (17)3279-9403
<b>243</b>	<b>Etec DE ITARARÉ</b> Rua Campos Salles, 1320 - Centro CEP 18460-000 - Itararé/SP Telefone: (15) 3532-5707 / (15) 3531-2770
<b>254</b>	<b>Etec PROFESSORA DOUTORA DOROTI QUIOMI KANASHIRO TOYOHARA</b> Rua Ambrosia do México, 180 - Pirituba CEP 02945-040 - São Paulo/SP Telefone: (11) 3972-0339 / (11) 3972-0199
<b>258</b>	<b>FATEC DE JACAREÍ</b> Av. Faria Lima, 155 - Jd Santa Marina CEP 12328-070 - Jacareí/SP Telefone: (12) 3953-7926
<b>261</b>	<b>Etec DARCY PEREIRA DE MORAES</b> Av. Moises Nalesso, 64 - Vila São Goncalo CEP 18200-000 - Itapetininga/SP Telefone: (15) 3271-1257 / (15) 9779-3184
<b>262</b>	<b>Etec BARTOLOMEU BUENO DA SILVA - ANHANGUERA</b> Av. Tenente Marques, s/n - Fazendinha CEP 06529-001 - Santana de Parnaíba/SP Telefone: (11) 4154-7142 / (11) 4154-7185
<b>276</b>	<b>FATEC CAMPINAS</b> Av. Conego Antonio Roccato, 593 - Jardim Santa Monica - CEP 13082-015 - Campinas/SP Telefone. (19) 3216-6472/3216-6474.
<b>279</b>	<b>Etec CAIEIRAS</b> Rua Ermênio de Oliveira Penteado, s/n - Vila Helena CEP 07744-420 - Caieiras/SP Telefone: (11) 4605-2269 / (11)9-7513-8292
<b>280</b>	<b>FATEC DE BEBEDOURO</b> Rua Dr. Oscar Werneck, 1286 – Centro CEP 14701-120 - Bebedouro/SP - Tel./Fax (17) 3343-5395/3343-5397
<b>281</b>	<b>Etec APIAÍ</b> Rua Tenente Martins, 480 - Centro CEP 18320-000 - Apiaí/SP Telefone: (15) 3534-1139 / (15) 3534-1191

**Administração Central**  
Departamento de Material e Patrimônio  
Divisão de Compras e Almoxarifado

**ANEXO II**  
**MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA**

Ao

**CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA "PAULA SOUZA"**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º \_\_\_/\_\_\_**

**PROCESSO N.º 982/15 – CEETEPS**

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE VENTILADORES**

IT	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UND. MENS.	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
01	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Ventilador de Parede oscilante e basculante:</li><li>▪ <b>Diâmetro de Hélice</b> 60cm</li><li>▪ <b>Diâmetro de Grade</b> 65cm</li><li>▪ <b>Cor da Hélice</b> Preto</li><li>▪ <b>Cor da Grade</b> Cromada</li><li>▪ <b>Quantidade de Hélice</b> no mínimo 3 de nylon</li><li>▪ <b>Espaçamento da grade</b> no máximo de 12mm</li><li>▪ <b>Rotação</b> no mínimo 1320 RPM</li> <li>▪ Ventiladores de parede oscilantes de, no mínimo, três velocidades definidas, para uso em ambiente escolar.</li><li>▪ Base de fixação à parede em aço carbono e capa envoltória do motor (carcaça) em poliamida injetada na cor preta.</li><li>▪ Suporte de ligação entre base e a carcaça dotado de articulação que permita a regulação no sentido vertical do conjunto motor e hélices.</li><li>▪ O equipamento deve ser dotado de grade de proteção de acordo com os requisitos de segurança da IEC 60335-2-80, independente da altura em que for instalado.</li><li>▪ As grades deverão ter o acabamento em pintura cromada.</li><li>▪ As grades não poderão ser removidas sem o uso de ferramentas.</li><li>▪ Deverá possuir motor elétrico que possa ser alimentado em 127 ou 220 volts sem a necessidade de transformador. A voltagem do equipamento fornecido será conforme a região geográfica do estado.</li><li>▪ Os equipamentos deverão apresentar no mínimo 3 (três) níveis de velocidade (baixa, média e alta).</li><li>▪ Selo de identificação de conformidade INMETRO</li><li>▪ Etiqueta Nacional de Eficiência Energética (ENCE)</li></ul>	UND.	2.415		

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almoxarifado**

	ou PROCEL (Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (INMETRO) ▪ Cordão de alimentação (plugues) conforme a nova legislação vigente, norma ABNT NBR 14136:2002				
--	--	--	--	--	--

<b>CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO:</b>	
COND. PAGAMENTO:	<b>30 (trinta) dias</b> , conforme cláusulas do edital.
CONDIÇÕES DE ENTREGA:	Os bens deverão ser entregues conforme as condições estabelecidas no Edital.
PRAZO VALIDADE PROPOSTA:	<b>60 (sessenta) dias</b> da abertura da proposta.

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almoxarifado**

IT	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UND. MENS.	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
02	<p>Ventilador de Coluna oscilantes oscilante e basculante:</p> <p><b>Diâmetro de Hélice 60cm</b> <b>Diâmetro de Grade 65cm</b> <b>Cor da Hélice Preto</b> <b>Grade Protetora</b> metálica e aramada <b>Quantidade de Hélice</b> no mínimo 3 de nylon <b>Espaçamento da grade</b> no máximo de 12mm <b>Rotação</b> no mínimo 1320 RPM <b>Pedestal</b> em alumínio polido com 2,10 metros de altura <b>Base</b> redonda em aço com pintura epóxi</p> <p>Ventiladores de coluna oscilantes de, no mínimo, três velocidades definidas, para uso em ambiente escolar.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Capa envoltória do motor (carcaça) em poliamida injetada na cor preta.</li> <li>▪ Suporte de ligação entre base e a carcaça dotado de articulação que permita a regulagem no sentido vertical do conjunto motor e hélices.</li> <li>▪ O equipamento deve ser dotado de grade de proteção de acordo com os requisitos de segurança da IEC 60335-2-80, independente da altura em que for instalado.</li> <li>▪ As grades deverão ter o acabamento metálica e aramada.</li> <li>▪ As grades não poderão ser removidas sem o uso de ferramentas.</li> <li>▪ Deverá possuir motor elétrico que possa ser alimentado em 127 ou 220 volts sem a necessidade de transformador. A voltagem do equipamento fornecido será conforme a região geográfica do estado.</li> <li>▪ Os equipamentos deverão apresentar no mínimo 3 (três) níveis de velocidade (baixa, média e alta).</li> <li>▪ Selo de identificação de conformidade INMETRO</li> <li>▪ Etiqueta Nacional de Eficiência Energética (ENCE) ou PROCEL (Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (INMETRO)</li> <li>▪ Cordão de alimentação (plugues) conforme a nova legislação vigente, norma ABNT NBR 14136:2002</li> </ul>	UND.	451		
<b>CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO:</b>					
COND. PAGAMENTO:		<b>30 (trinta) dias</b> , conforme cláusulas do edital.			
CONDIÇÕES DE ENTREGA:		Os bens deverão ser entregues conforme as condições estabelecidas no Edital.			
PRAZO VALIDADE PROPOSTA:		<b>60 (sessenta) dias</b> da abertura da proposta.			

---

**Administração Central**  
Departamento de Material e Patrimônio  
Divisão de Compras e Almoxarifado

**ANEXO III**  
**MODELOS DE DECLARAÇÕES**

**ANEXO III.1**

**MODELO A QUE SE REFERE O ITEM 4.1.4.1. DO EDITAL**  
(em papel timbrado da licitante)

Nome completo: \_\_\_\_\_

RG nº: \_\_\_\_\_ CPF nº: \_\_\_\_\_

**DECLARO**, sob as penas da Lei, que o licitante \_\_\_\_\_ (*nome empresarial*),  
interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_/\_\_, Processo nº \_\_/\_\_:

- a) está em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº. 42.911/1998;
- b) não possui impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, inclusive em virtude das disposições da Lei Estadual nº 10.218/1999; e

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

**Administração Central**  
Departamento de Material e Patrimônio  
Divisão de Compras e Almoxarifado

**ANEXO III.2**

**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO  
LEGAL ANTICORRUPÇÃO**

(em papel timbrado da licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, representante legal do licitante \_\_\_\_\_ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_/\_\_\_, Processo nº **982/15**, **DECLARO**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

**DECLARO**, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, tais como:

- I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

---

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almoxarifado**

IV – no tocante a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)



**Administração Central**  
Departamento de Material e Patrimônio  
Divisão de Compras e Almoxarifado

**ANEXO III.3**

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**  
(em papel timbrado da licitante)

**ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM ME/EPP, NOS TERMOS DO ITEM 4.1.4.3. DO EDITAL.**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, representante legal do licitante \_\_\_\_\_ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_/\_\_\_, Processo nº **982/15**, **DECLARO**, sob as penas da Lei, o seu enquadramento na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

**Administração Central**  
Departamento de Material e Patrimônio  
Divisão de Compras e Almoxarifado

**ANEXO III.4**

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO COOPERATIVA QUE PREENCHA AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ART. 34, DA LEI FEDERAL Nº 11.488/2007**  
(em papel timbrado da licitante)

**ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM COOPERATIVAS, NOS TERMOS DO ITEM 4.1.4.4. DO EDITAL.**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, representante legal do licitante \_\_\_\_\_ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº **982/15**, **DECLARO**, sob as penas da Lei, que:

- a) O Estatuto Social da cooperativa encontra-se adequado à Lei Federal nº 12.690/2012;
- b) A cooperativa auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a ser comprovado mediante Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente;

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

---

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almoxarifado**

**ANEXO IV**  
**RESOLUÇÃO REFERENTE A PENALIDADES**

**RESOLUÇÃO SDECTI Nº 12, DE 28-3-2014.**

Dispõe sobre a aplicação da penalidade de multa prevista nas Leis federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e na Lei estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, com fundamento no disposto no artigo 3º do Decreto nº 31.138, de 09 de janeiro de 1990, RESOLVE:

Art. 1º. Na aplicação das multas previstas nos artigos 79, 80 e 81, inciso II, da Lei Estadual nº 6.544, de 22, de novembro de 1989, nos artigos 86 e 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21, de junho de 1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17, de julho de 2002, serão observadas as disposições desta Resolução.

Art. 2º. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa, na forma estabelecida no artigo 5º desta Resolução.

Art. 3º. O atraso injustificado na execução do objeto do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, observado o seguinte:

I - em se tratando de compras ou de prestação de serviços não contínuos:

- a) para atrasos de até 30 (trinta) dias: multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor global do contrato;
- b) para atrasos superiores a 30 (trinta) dias: multa de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor global do contrato;

II - em se tratando de execução de obras ou de serviços de engenharia:

- a) para contratos com valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais): multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor da parcela da obrigação contratual não cumprida;
- b) para contratos com valor de R\$ 100.000,01 (cem mil reais e um centavo) até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor da obrigação contratual não cumprida; e
- c) para contratos com valor de igual ou superior a R\$ 500.000,01 (quinhentos mil reais e um centavo): multa de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor diário do contrato;

III – em se tratando de serviços contínuos: multa de 30% (trinta por cento) por dia de inexecução, calculados sobre o valor diário do contrato.

---

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almoxarifado**

§1º O valor das multas previstas neste artigo não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do saldo financeiro ainda não realizado do contrato.

§2º A multa pelo atraso injustificado na execução do objeto do contrato será calculada a partir do primeiro dia útil seguinte àquele em que a obrigação avençada deveria ter sido cumprida.

Art. 4º. A inexecução parcial do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, observado o seguinte:

- I – em se tratando de compras ou de prestação de serviços não contínuos: multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor da parcela não cumprida do contrato;
- II – em se tratando de execução de obras ou serviços de engenharia ou de serviços contínuos:
  - a) para contratos com valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais): multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor da parcela não cumprida do contrato;
  - b) para contratos com valor de R\$ 100.000,01 (cem mil reais e um centavo) até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): multa de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor da parcela não cumprida do contrato;
  - c) para contratos com valor igual ou superior a R\$ 500.000,01 (quinhentos mil reais e um centavo): multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor da parcela não cumprida do contrato;
- III – em se tratando de serviços contínuos: multa de 20% (vinte por cento) por dia de inexecução, calculados sobre o valor diário do contrato.

Art. 5º. A inexecução total do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, observado o seguinte:

- I – em se tratando de compras ou de prestação de serviços contínuos ou não: multa de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor global do contrato;
- II – em se tratando de execução de obras ou serviços de engenharia ou de serviços contínuos:
  - a) para contratos com valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais): multa de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor global do contrato;
  - b) para contratos com valor de R\$ 100.000,01 (cem mil reais e um centavo) até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): multa de 15% (quinze por cento) incidente sobre o valor global do contrato;
  - c) para contratos com valor igual ou superior a R\$ 500.000,01 (quinhentos mil reais e um centavo): multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor global do contrato.

Art. 6º. Configurada a ocorrência de hipótese ensejadora de aplicação da penalidade de multa, o adjudicatário ou o contratado será notificado para, querendo, apresentar defesa prévia no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do primeiro dia subsequente à data da sua notificação.

---

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almoxarifado**

- §1º Recebida a defesa, a autoridade competente deverá se manifestar motivadamente sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, concluindo pela aplicação ou não da penalidade, dando ciência inequívoca ao adjudicatário ou contratado.
- §2º A decisão que dispuser sobre a aplicação da multa será publicada no Diário Oficial do Estado e deverá conter o respectivo valor, o prazo para seu pagamento e a data a partir da qual o valor da multa sofrerá correção monetária.
- §3º O adjudicatário ou o contratado será notificado da decisão, da qual caberá recurso a ser apresentado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação.
- §4º A decisão do recurso será publicada no Diário Oficial do Estado, sem prejuízo da notificação do adjudicatário ou contratado.
- Art. 7º. Ao término do regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a multa aplicada será descontada da garantia do respectivo contratado.
- §1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, o contratado responderá por sua complementação, mediante descontos nos pagamentos eventualmente devidos pela Administração até sua total quitação.
- §2º Inexistindo pagamentos a serem realizados, o contratado recolherá o valor ao cofre público estadual, na forma prevista na legislação em vigor.
- §3º Decorrido o prazo estabelecido sem o pagamento da multa aplicada serão adotadas as providências pertinentes voltadas à sua cobrança judicial.
- Art. 8º. As multas de que trata esta Resolução serão aplicadas sem prejuízo da cominação das demais sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 8.666, de 1993, na Lei Federal nº 10.520, de 2002 e na Lei Estadual 6.544, de 1989.
- Art. 9º. Os editais de licitação deverão fazer menção expressa às normas estabelecidas nesta Resolução, cujo texto deverá integrar os respectivos editais e contratos, na forma de anexo.
- Art. 10. As disposições desta Resolução aplicam-se também às contratações resultantes de procedimentos de dispensa ou de inexigibilidade de licitação.
- Art. 11. Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogada a Resolução SCTDE -1, de 22 de fevereiro de 1994.
- ( \* ) Republicada por ter saído, no DOE , de 29-03-2014, Seção I, páginas, 116 e 117, com incorreções no original.

**Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação**  
**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almoxarifado**

**ANEXO V**  
**MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO: Nº - \_\_\_\_/20\_\_  
PROCESSO Nº **982/15**

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE O **CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA "PAULA SOUZA" - CEETEPS**, POR MEIO DO(A) \_\_\_\_\_ E TENDO POR OBJETO A **AQUISIÇÃO DE VENTILADORES**.

O Estado de São Paulo, por intermédio do **CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA "PAULA SOUZA"**, doravante designado(a) "CONTRATANTE", neste ato representada pela sua Diretora Superintendente, a Professora Laura M. J. Laganá, RG. nº 7.715.675-4 e CPF nº CPF. 005.923.818-62, no uso da competência conferida pelo Decreto-Lei Estadual nº 233, de 28 de abril de 1970, e \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, a seguir denominada "CONTRATADA", neste ato representada pelo Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, em face da adjudicação efetuada no Pregão Eletrônico indicado em epígrafe, celebram o presente TERMO DE CONTRATO, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 10.520/2002, no Decreto Estadual nº 49.722/2005 e pelo regulamento anexo à Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, do Decreto Estadual nº 47.297/2002, do regulamento anexo à Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente instrumento a aquisição de **AQUISIÇÃO DE VENTILADORES**, conforme detalhamento e especificações técnicas constantes do Termo de Referência, da proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DOS BENS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Os bens deverão ser entregues em **30 (trinta) dias corridos**, contados da data da assinatura do contrato pela contratada.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

A entrega dos produtos objeto deste contrato deve ser feita nos endereços relacionados no Termo de Referência (ANEXO I), de **segunda a sexta-feira das 8:00 às 12:00 e das 13:00 à 17:00 horas**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos.

**PARÁGRAFO QUARTO**

---

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almoxarifado**

Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte, carga e descarga, assinalando-se na embalagem marca, destino, número da licença de importação ou documento equivalente, quando for o caso, e as demais características que o identifiquem, além da fatura comercial, em 02 (duas) vias contendo suas especificações detalhadas, necessárias à conferência dos bens.

**PARÁGRAFO QUINTO**

Não serão aceitos produtos, bem como quaisquer de seus componentes, refabricados ou reconicionados.

**PARÁGRAFO SEXTO**

Os equipamentos deverão ser entregues acompanhados de um manual operacional e um manual técnico, redigidos em português.

**PARÁGRAFO SÉTIMO**

Durante o período de garantia deverão ser substituídas, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, peças ou partes defeituosas, salvo quando o defeito for provocado por uso indevido do produto, devidamente comprovado.

**PARÁGRAFO OITAVO**

Durante o período de garantia deverão ser substituídas, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, peças ou partes defeituosas, salvo quando o defeito for provocado por uso indevido do produto, devidamente comprovado.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

À CONTRATADA, além das obrigações constantes do Termo de Referência, que constitui **ANEXO I** do Edital indicado no preâmbulo, e daquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual sobre licitações, cabe:

- I - zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;
- II - designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o CONTRATANTE;
- III- responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/1993;
- IV- manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste termo;

---

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almoxarifado**

- V - dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE de qualquer anormalidade que verificar na execução do contrato;
- VI - prestar ao CONTRATANTE, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre a execução do contrato;
- VII- responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução do contrato;
- VIII - prestar a garantia técnica para o objeto deste contrato, nos termos do Termo de Referência.
- IX- responder, civil e criminalmente, por todos os danos que vier a causar direta ou indiretamente, ao CONTRATANTE ou a terceiros.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A CONTRATADA não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, a CONTRATADA se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, abstendo-se de práticas como as seguintes:

- I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV – no tocante a licitações e contratos:
  - a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
  - b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;



---

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almojarifado**

- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
  - d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
  - e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
  - f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
  - g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

O descumprimento das obrigações previstas nos Parágrafos Primeiro e Segundo desta Cláusula Terceira poderá submeter a CONTRATADA à rescisão unilateral do contrato, a critério da CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei Federal nº 12.846/2013 e o Decreto Estadual nº 60.106/2014.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Ao CONTRATANTE cabe:

- I – indicar formalmente o servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do ajuste e, ainda, pelos contatos com a CONTRATADA;
- II - fornecer à CONTRATADA todos os dados e informações necessários à execução do objeto do contrato;
- III - efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste ajuste;
- IV - permitir aos técnicos e empregados da CONTRATADA amplo acesso às áreas físicas envolvidas na execução deste contrato;

**CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

---

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almoxarifado**

O CONTRATANTE exercerá a fiscalização contratual por intermédio do gestor do contrato, de modo a assegurar o efetivo cumprimento das obrigações ajustadas.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A fiscalização não exclui e nem reduz a integral responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado, inexistindo, em qualquer hipótese, corresponsabilidade por parte do CONTRATANTE.

**PARAGRAFO SEGUNDO**

A ausência de comunicação, por parte do CONTRATANTE, referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA do regular cumprimento das obrigações previstas neste contrato e no **ANEXO I** do Edital.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

O objeto, será recebido provisoriamente em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da entrega dos bens, acompanhado da respectiva nota fiscal/fatura.

**PARAGRAFO PRIMEIRO**

Por ocasião da entrega, a CONTRATADA deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Segurança Pública, ou documento equivalente, do servidor do CONTRATANTE responsável pelo recebimento.

**PARAGRAFO SEGUNDO**

Constatadas irregularidades no objeto contratual, o CONTRATANTE poderá:

- I. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis. Na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do CONTRATANTE, no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
- II. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis. Na hipótese de complementação, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do CONTRATANTE, no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

**PARAGRAFO TERCEIRO**

O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante “Termo de Recebimento Definitivo” ou “Recibo”, firmado pelo servidor responsável.

**Administração Central**  
Departamento de Material e Patrimônio  
Divisão de Compras e Almoxarifado

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇOS**

A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste contrato, perfazendo o total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), mediante os seguintes valores unitários:

IT	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UND. MENS.	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Nos preços acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionados ao fornecimento, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Caso a CONTRATADA seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedida de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

**PARAGRAFO TERCEIRO**

Os preços contratados permanecerão fixos e irrealizáveis.

**CLAUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

No presente exercício as despesas decorrentes desta contratação irão onerar a categoria econômica \_\_\_\_ da Unidade Gestora \_\_\_\_\_, Programa de Trabalho: \_\_\_\_\_, Fonte de Recurso \_\_\_\_\_, Unidade orçamentária: \_\_\_\_\_.

**CLÁUSULA NONA - DOS PAGAMENTOS**

Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias, contados da apresentação de cada nota fiscal/fatura na(s) unidade(s) relacionadas no Termo de Referência **ANEXO I**, à vista do respectivo

---

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almoxarifado**

“Termo de Recebimento Definitivo” ou “Recibo”, em conformidade com a Cláusula Sexta deste instrumento.

**PARAGRAFO PRIMEIRO**

As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em **30 (trinta) dias**, após a data de sua apresentação válida.

**PARAGRAFO SEGUNDO**

Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da contratada no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela contratada, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799/2008.

**PARAGRAFO TERCEIRO**

Os pagamentos serão feitos mediante crédito aberto em conta corrente em nome da contratada no Banco do Brasil S/A.

**PARAGRAFO QUARTO**

Havendo atraso nos pagamentos, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pró-rata tempore”, em relação ao atraso verificado.

**PARAGRAFO QUINTO**

A(s) Nota(s) Fiscal/fatura deverá ser emitida em nome do **CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA "PAULA SOUZA" – RUA DOS ANDRADAS, 140 – SANTA IFIGENIA - CEP. 01208-000 – SÃO PAULO/SP - CNPJ Nº 62.823.257/0001-09, INSCRIÇÃO ESTADUAL ISENTA**, encaminhada à cada unidade recebedora, de que obrigatoriamente deverá constar:

- nº do contrato;
- nº nota de empenho;
- nº do processo; e
- Identificação com todos os dados da Unidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DA QUANTIDADE DO OBJETO CONTRATADO**

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

---

**Administração Central**  
Departamento de Material e Patrimônio  
Divisão de Compras e Almoxarifado

**PARÁGRAFO ÚNICO**

Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada pela celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

O contrato poderá ser rescindido, na forma, com as consequências e pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 e 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, se vier a praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A sanção de que trata o *caput* desta Cláusula poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas na Resolução cuja cópia constitui **ANEXO IV** do Edital indicado no preâmbulo deste instrumento, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço [www.esancoes.sp.gov.br](http://www.esancoes.sp.gov.br), e também no “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

O CONTRATANTE reserva-se no direito de descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas contratuais, ou, quando for o caso, efetuará a cobrança judicialmente.

**PARÁGRAFO QUARTO**

A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/ 2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014,

---

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almoxarifado**

sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

Não será exigida a apresentação de garantia para a contratação que constitui objeto do presente instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES FINAIS**

Fica ajustado, ainda, que:

- a. o Edital mencionado no preâmbulo e seus anexos.
  - b. a proposta apresentada pela CONTRATADA;
- II. Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições normativas indicadas no preâmbulo deste Termo de Contrato e demais disposições regulamentares pertinentes.
- III. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo de Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento **02 (duas) vias** de igual teor e forma que, lido e achado conforme pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de Direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:  
RG:

Nome:  
RG:

**Administração Central**  
Departamento de Material e Patrimônio  
Divisão de Compras e Almoxarifado

**ANEXO A**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

IT	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UND. MENS.	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL

**2. DA GARANTIA DE PRODUTO**

- 2.1 O prazo de garantia do objeto da licitação, será de **12 (doze) meses**, contra qualquer defeito de fabricação e/ou falha, excetuados os decorrentes de uso impróprio, contados da data do recebimento definitivo do mesmo.
- 2.2. Todas as despesas havidas no período da garantia, tais como consertos, substituição de peças, transporte, mão-de-obra e manutenção do bem correrão por conta da CONTRATADA, não cabendo a CONTRATANTE quaisquer ônus.

**Administração Central**  
Departamento de Material e Patrimônio  
Divisão de Compras e Almojarifado

**3. DA QUANTIDADE DE ENTREGA DO OBJETO**

			ITEM	01	02
			DESCRIÇÃO RESUMIDA		
MUNICÍPIO	CÓD	UNIDADE DE ENSINO			
SÃO PAULO	002	FATEC SÃO PAULO			
AMERICANA	004	FATEC TÊXTIL DE AMERICANA			
CAMPINAS	007	ETEC CONSELHEIRO ANTONIO PRADO			
JUNDIAÍ	008	ETEC VASCO ANTONIO VENCHIARUTTI			
MOCOCA	009	ETEC JOÃO BAPTISTA DE LIMA FIGUEIREDO			
OSVALDO CRUZ	027	ETEC AMIN JUNDI			
SANTOS	035	ETEC ARISTOTELES FERREIRA			
BARRA BONITA	040	ETEC COMENDADOR JOÃO RAYS			
CAMPINAS	043	ETEC BENTO QUIRINO			
SÃO PAULO	045	ETEC CARLOS DE CAMPOS			
BOTUCATU	051	ETEC DOUTOR DOMINGOS MINICUCCI FILHO			
PIRACICABA	056	ETEC CORONEL FERNANDO FEBELIANO DA COSTA			
SÃO SIMÃO	057	ETEC PROFESSOR FRANCISCO DOS SANTOS			
SÃO PAULO	061	ETEC GUARACY SILVEIRA			
ILHA SOLTEIRA	065	ETEC DE ILHA SOLTEIRA			
JAÚ	070	ETEC JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL			
CERQUEIRA CESAR	072	ETEC PREFEITO JOSÉ ESTEVES			
JAÚ	090	ETEC PROFESSOR URIAS FERREIRA			
SÃO JOAQUIM DA BARRA	094	ETEC PEDRO BADRAN			
TATUÍ	101	ETEC SALES GOMES			
MATÃO	103	ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO			
GUARATINGUETÁ	106	FATEC PROFESSOR JOÃO MOD			
MONGAGUÁ	107	ETEC ADOLPHO BEREZIN			
FRANCA	109	FATEC DOUTOR THOMAZ NOVELINO			
SANTOS	122	ETEC ESCOLÁSTICA ROSA			
BIRIGÜI	123	ETEC DOUTOR RENATO CORDEIRO			
SÃO BERNARDO DO CAMPO	126	FATEC "ADIB MOISÉS DIB"			



**Administração Central**  
Departamento de Material e Patrimônio  
Divisão de Compras e Almojarifado

MAUÁ	128	Etec DE MAUÁ		
TATUÍ	132	FATEC PROFESSOR WILSON ROBERTO RIBEIRO DE CAMARGO		
PIRASSUNUNGA	139	Etec TENENTE AVIADOR GUSTAVO KLUG		
TAQUARITUBA	140	Etec PROFESSORA TEREZINHA MONTEIRO DOS SANTOS		
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	146	FATEC PROFESSOR JESSEN VIDAL		
BEBEDOURO	151	Etec PROFESSOR IDIO ZUCCHI		
TEODORO SAMPAIO	156	Etec PROFESSORA NAIR LUCCAS RIBEIRO		
SANTO ANDRÉ	160	FATEC DE SANTO ANDRÉ		
SÃO PAULO	172	Etec DE SAPOPEMBA		
JABOTICABAL	173	FATEC DE JABOTICABAL		
PIRACICABA	193	Etec DEPUTADO ARY DE CAMARGO PEDROSO		
SÃO VICENTE	194	Etec DOUTORA RUTH CARDOSO		
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	195	Etec DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS		
BAURU	196	FATEC DE BAURU		
SÃO PAULO	207	Etec PARQUE SANTO ANTONIO		
AGUAÍ	215	Etec DE AGUAÍ		
SÃO PAULO	225	Etec RAPOSO TAVARES		
SÃO PAULO	226	Etec GILDO MARÇAL BEZERRA BRANDÃO		
SÃO PAULO	230	Etec UIRAPURU		
OLÍMPIA	232	Etec DE OLÍMPIA		
ITARARÉ	243	Etec DE ITARARÉ		
SÃO PAULO	254	Etec PROFESSORA DOUTORA DOROTI QUIOMI KANASHIRO TOYOHARA		
JACARÉÍ	258	FATEC DE JACARÉÍ		
ITAPETININGA	261	Etec DARCY PEREIRA DE MORAES		
SANTANA DE PARNAÍBA	262	Etec BARTOLOMEU BUENO DA SILVA - ANHANGUERA		
CAMPINAS	276	FATEC CAMPINAS		
CAIEIRAS	279	Etec CAIEIRAS		
BEBEDOURO	280	FATEC DE BEBEDOURO		
APIAÍ	281	Etec APIAÍ		
<b>QUANTIDADE TOTAL</b>				

#### 4. DO ENDEREÇO DE ENTREGA

- 4.1 A entrega dos produtos objeto deste contrato deve ser feita nos endereços relacionados abaixo, de **segunda a sexta-feira das 8:00 às 12:00** e das **13:00 à 17:00 horas**, correndo por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almojarifado**

<b>COD.</b>	<b>UNIDADE DE ENSINO</b>
<b>002</b>	<b>FATEC SÃO PAULO</b> Av. Tiradentes, 615 - Bom Retiro CEP 01101-010 - São Paulo/SP Telefone: (11) 3322-2200 / (11) 3322-2213
<b>004</b>	<b>FATEC TÊXTIL DE AMERICANA</b> R. Emílio de Menezes, s/n - Gleba B - Vila Amorim CEP 13469-111 - Americana/SP Telefone: (19) 3406-5776 / (19) 3406-3297
<b>007</b>	<b>ETEC CONSELHEIRO ANTONIO PRADO</b> Av. Cônego Antônio Roccato, s/n, km 3,5 - Jd. Santa Mônica CEP 13082-015 - Campinas/SP Telefone: (19) 3246-2888
<b>008</b>	<b>ETEC VASCO ANTONIO VENCHIARUTTI</b> Av. Eng. Tasso Pinheiro, 700 - Terra Nova CEP 13210-045 - Jundiaí/SP Telefone: (11) 4587-3093 / (11) 4587-1994
<b>009</b>	<b>ETEC JOÃO BAPTISTA DE LIMA FIGUEIREDO</b> Av. Dr. Américo Pereira Lima, s/n - Jd. Lavínia CEP 13736-260 - Mococa/SP Telefone: (19) 3656-2052 / (19) 3656-2077
<b>027</b>	<b>ETEC AMIN JUNDI</b> R. Japão, 724 - Centro CEP 17700-000 - Osvaldo Cruz/SP Telefone: (18) 3528-3982 / (18) 3528-4760
<b>035</b>	<b>ETEC ARISTOTELES FERREIRA</b> Av. Dr. Epitácio Pessoa, 466 - Aparecida CEP 11030-600 - Santos/SP Telefone: (13) 3236-9998 / (13) 3236-9973
<b>040</b>	<b>ETEC COMENDADOR JOÃO RAYS</b> R. Ludovico Victorio, 2140 - Vl. Habitacional CEP 17340-000 - Barra Bonita/SP Telefone: (14) 3641-1310 / (14) 3641-5600
<b>043</b>	<b>ETEC BENTO QUIRINO</b> Av. Orosimbo Maia, 2600 - Vl. Estanislau CEP 13024-045 - Campinas/SP Telefone: (19) 3252-3596 / (19) 3251-8934
<b>045</b>	<b>ETEC CARLOS DE CAMPOS</b> R. Monsenhor Andrade, 798 - Brás CEP 03009-100 - São Paulo/SP Telefone: (11) 3311-7098 / (11) 3327-0286
<b>051</b>	<b>ETEC DOUTOR DOMINGOS MINICUCCI FILHO</b> Av. Santana, 654 - Centro CEP 18603-700 - Botucatu/SP Telefone: (14) 3882-0503 / (14) 3882-5325

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almojarifado**

<b>056</b>	<b>ETEC CORONEL FERNANDO FEBELIANO DA COSTA</b> R. Monsenhor Manoel Francisco Rosa, 433 - Centro CEP 13400-270 - Piracicaba/SP Telefone: (19) 3433-9734 / (19) 3422-3084
<b>057</b>	<b>ETEC PROFESSOR FRANCISCO DOS SANTOS</b> Rodovia Conde Francisco Matarazzo Junior, Km 127 - Zona Rural - Caixa Postal 45 CEP 14200-000 - São Simão/SP Telefone: (16) 3984-1415 / (16) 3984-1752
<b>061</b>	<b>ETEC GUARACY SILVEIRA</b> R. Ferreira de Araújo, 527 - Pinheiros CEP 05428-001 - São Paulo/SP Telefone: (11) 3813-3986 / (11) 3031-6208
<b>065</b>	<b>ETEC DE ILHA SOLTEIRA</b> Alameda Perimetral, s/n - Zona Rural CEP 15385-000 - Ilha Solteira/SP Telefone: (18) 3742-2575
<b>070</b>	<b>ETEC JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL</b> R. Humaitá, 1090 - Centro CEP 17201-320 - Jaú/SP Telefone: (14) 3624-8585 / (14) 3622-3566
<b>072</b>	<b>ETEC PREFEITO JOSÉ ESTEVES</b> Rodovia Donato Francisco Sassi, Km 5 - Macucão - Caixa Postal 1 CEP 18760-000 - Cerqueira César/SP Telefone: (14) 3714-6175
<b>090</b>	<b>ETEC PROFESSOR URIAS FERREIRA</b> Rodovia Dep. Leônidas Pacheco Ferreira, Km 17 - Pouso Alegre - Caixa Postal 29 CEP 17201-970 - Jaú/SP Telefone: (14) 3623-1170 / (14) 3623-1190
<b>094</b>	<b>ETEC PEDRO BADRAN</b> R. Maranhão, 1225 - Centro CEP 14600-000 - São Joaquim da Barra/SP Telefone: (16) 3818-2192 / (16) 3818-2192
<b>101</b>	<b>ETEC SALES GOMES</b> Pça. Adelaide Barnsley Guedes, 01 - Centro CEP 18270-020 - Tatuí/SP Telefone: (15) 3205-2202 / (15) 3251-4242
<b>103</b>	<b>ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO</b> Rua Cesário Mota, 644 - Centro CEP 15990-050 - Matão/SP Telefone: (16) 3382-1226 / (16) 3382-6878
<b>106</b>	<b>FATEC PROFESSOR JOÃO MOD</b> Av Prof. João Rodrigues Alckmin, 1501 - Jd. Esperança CEP 12517-475 - Guaratinguetá/SP Telefone: (12) 3126-4849 / (12) 3126-2643
<b>107</b>	<b>ETEC ADOLPHO BEREZIN</b> Av. Monteiro Lobato, 8000 - Balneário Jussara CEP 11730-000 - Mongaguá/SP Telefone: (13) 3448-3800 / (13) 3448-3837

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almojarifado**

<b>109</b>	<b>FATEC DOUTOR THOMAZ NOVELINO</b> R. Irenio Grecco, 4580 - Parque São Jorge CEP 14405 - 191 - Franca/SP Telefone: (16) 3702-3204 / (16) 3702-2854
<b>122</b>	<b>ETEC ESCOLÁSTICA ROSA</b> Av. Bartolomeu de Gusmão, 111 - Aparecida CEP 11045-401 - Santos/SP Telefone: (13) 3236-9986 / (13) 3238-8407
<b>123</b>	<b>ETEC DOUTOR RENATO CORDEIRO</b> R. Ermando Zin, 1531 - Jd. Santana CEP 16202-407 - Birigui/SP Telefone: (18) 3644-4019 / (18) 3634-1083
<b>126</b>	<b>FATEC "ADIB MOISÉS DIB"</b> Av. Pereira Barreto, 400 - Vila Baeta Neves CEP 09751-000 - São Bernardo do Campo/SP Telefone: (11) 4121-9008 / (11) 4121-8905
<b>128</b>	<b>ETEC DE MAUÁ</b> Rua Ribeirão Preto, nº 75 - Jardim Pedroso - Mauá - SP; - CEP 09370-530; - TEL. (11) 4513-4672 / (11) 4513-4693.
<b>132</b>	<b>FATEC PROFESSOR WILSON ROBERTO RIBEIRO DE CAMARGO</b> Rod. Mário Batista Mori, 971 - Jardim Aeroporto CEP 18280.000 - Tatuí/SP Telefone: (15) 3205-7780
<b>139</b>	<b>ETEC TENENTE AVIADOR GUSTAVO KLUG</b> Av. Padre Antonio Van Ess, 1925 - Jd. Petrópolis CEP 13634-054 - Pirassununga/SP Telefone: (19) 3561-2961 / (19) 3562-1315
<b>140</b>	<b>ETEC PROFESSORA TEREZINHA MONTEIRO DOS SANTOS</b> R. São Benedito, 484 - Centro CEP 18740-000 - Taquarituba/SP Telefone: (14) 3762-1401 / (14) 3762-1755
<b>146</b>	<b>FATEC PROFESSOR JESSEN VIDAL</b> Av. Cesare Mansueto Giulio Lattes, s/n - Eugenio de Melo CEP 12247-014 - São José dos Campos/SP Telefone: (12) 3905-4979 / (12) 3905-2423
<b>151</b>	<b>ETEC PROFESSOR IDIO ZUCCHI</b> R. Lúcio Sarti, 809 - Parque Residencial Eldorado CEP 14706-120 Bebedouro/SP Telefone/FAX: (17) 3343-9695
<b>156</b>	<b>ETEC PROFESSORA NAIR LUCCAS RIBEIRO</b> R. Pará, 506 - Bairro da Estação CEP 19280-000 - Teodoro Sampaio/SP Telefone: (18) 3282-1682
<b>160</b>	<b>FATEC DE SANTO ANDRÉ</b> R. Prefeito Justino Paixão, 150 - Centro CEP 09020-130 - Santo André/SP

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almojarifado**

	Telefone: (11) 4437-2215
<b>172</b>	<b>EETEC DE SAPOPEMBA</b> R. Benjamin de Tudela, 155 - Sapopemba (Fazenda da Juta) CEP 03977408 - São Paulo/SP Telefone: (11) 2019-1519 / (11) 2019-1533
<b>173</b>	<b>FATEC DE JABOTICABAL</b> Av. Eduardo Zambianchi, 31 - Vila Industrial CEP 14883-130 - Jaboticabal/SP Telefone: (16) 3202-6519
<b>193</b>	<b>EETEC DEPUTADO ARY DE CAMARGO PEDROSO</b> Av. Dr. João Conceição, 350 - Paulista CEP 13401-080 - Piracicaba/SP Telefone: (19) 3433-8541
<b>194</b>	<b>EETEC DOUTORA RUTH CARDOSO</b> Pça. Coronel Lopes, 387 - Centro CEP 11310-020 - São Vicente/SP Telefone: (13) 3467-7153 / (13) 3467-2955
<b>195</b>	<b>EETEC DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS</b> Av. Salmão, 570 - Pq. Residencial Aquarius CEP 12246-260 - São José dos Campos/SP Telefone: (12) 3942-4571 / (12) 3942-7806
<b>196</b>	<b>FATEC DE BAURU</b> R. Manoel Bento Cruz, 3-30 - Centro CEP 17015-171 - Bauru/SP Telefone: (14) 3223-2083
<b>207</b>	<b>EETEC PARQUE SANTO ANTONIO</b> Rua Abilene, 16 - Pq. Santo Antonio - Zona Leste CEP 03385-160 - São Paulo/SP Telefone: (11) 2301 1058
<b>215</b>	<b>EETEC DE AGUAÍ</b> R. Joaquim José, 227 - Centro CEP 13860-000 - Aguaí/SP Telefone: (19) 3652-6204 / (19) 3652-6016
<b>225</b>	<b>EETEC RAPOSO TAVARES</b> R. Cachoeira Poraquê, 326 - Raposo Tavares (COHAB Raposo) CEP 05574-450 - São Paulo/SP Telefone: (11) 3782-5782 / (11) 3782-5529
<b>226</b>	<b>EETEC GILDO MARÇAL BEZERRA BRANDÃO</b> R. Presidente Vargas, S/N - Perus - Vila Caiuba CEP 05207-000 - São Paulo/SP Telefone: (11) 3917-8751 / (11) 3917-8263
<b>230</b>	<b>EETEC UIRAPURU</b> Rua Nazir Miguel, 779 - Jd. João XXIII CEP 05570-030 - São Paulo/SP Telefone: (11) 3782-5376 / (11) 3782-4837
<b>232</b>	<b>EETEC DE OLÍMPIA</b> R. José Piton, 165 - Vila Rodrigues

**Administração Central**  
**Departamento de Material e Patrimônio**  
**Divisão de Compras e Almojarifado**

	CEP 15400-000 - Olímpia/SP Telefone: (17) 3279-9400 / (17)3279-9403
<b>243</b>	<b>Etec DE ITARARÉ</b> Rua Campos Salles, 1320 - Centro CEP 18460-000 - Itararé/SP Telefone: (15) 3532-5707 / (15) 3531-2770
<b>254</b>	<b>Etec PROFESSORA DOUTORA DOROTI QUIOMI KANASHIRO TOYOHARA</b> Rua Ambrosia do México, 180 - Pirituba CEP 02945-040 - São Paulo/SP Telefone: (11) 3972-0339 / (11) 3972-0199
<b>258</b>	<b>FATEC DE JACAREÍ</b> Av. Faria Lima, 155 - Jd Santa Marina CEP 12328-070 - Jacareí/SP Telefone: (12) 3953-7926
<b>261</b>	<b>Etec DARCY PEREIRA DE MORAES</b> Av. Moises Nalesso, 64 - Vila São Goncalo CEP 18200-000 - Itapetininga/SP Telefone: (15) 3271-1257 / (15) 9779-3184
<b>262</b>	<b>Etec BARTOLOMEU BUENO DA SILVA - ANHANGUERA</b> Av. Tenente Marques, s/n - Fazendinha CEP 06529-001 - Santana de Parnaíba/SP Telefone: (11) 4154-7142 / (11) 4154-7185
<b>276</b>	<b>FATEC CAMPINAS</b> Av. Conego Antonio Roccato, 593 - Jardim Santa Monica - CEP 13082-015 - Campinas/SP Telefone. (19) 3216-6472/3216-6474.
<b>279</b>	<b>Etec CAIEIRAS</b> Rua Ermênio de Oliveira Penteado, s/n - Vila Helena CEP 07744-420 - Caieiras/SP Telefone: (11) 4605-2269 / (11)9-7513-8292
<b>280</b>	<b>FATEC DE BEBEDOURO</b> Rua Dr. Oscar Werneck, 1286 – Centro CEP 14701-120 - Bebedouro/SP - Tel./Fax (17) 3343-5395/3343-5397
<b>281</b>	<b>Etec APIAÍ</b> Rua Tenente Martins, 480 - Centro CEP 18320-000 - Apiaí/SP Telefone: (15) 3534-1139 / (15) 3534-1191

**Administração Central**  
Departamento de Material e Patrimônio  
Divisão de Compras e Almoxarifado

**ANEXO B**  
**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

CONTRATANTE: **CEETEPS - CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA "PAULA SOUZA"**  
CONTRATADA:  
CONTRATO: **Nº \_\_\_/20\_\_**  
OBJETO: **AQUISIÇÃO DE VENTILADORES**

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, precedidos de mensagem eletrônica aos interessados.

São Paulo, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

**CONTRATANTE**

NOME: \_\_\_\_\_  
CARGO: \_\_\_\_\_  
EMAIL INSTITUCIONAL: \_\_\_\_\_  
EMAIL PESSOAL: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA

**CONTRADADA**

NOME: \_\_\_\_\_  
CARGO: \_\_\_\_\_  
EMAIL INSTITUCIONAL: \_\_\_\_\_  
EMAIL PESSOAL: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA